

LEONARDO BELLINI DE CASTRO

Promotor de Justiça – Ministério Público de São Paulo

Especialista em Direito Constitucional – PUC-SP.

Mestre em Direito – USP.

LEI
ANTICORRUPÇÃO
IMPACTOS SISTÊMICOS
E TRANSVERSAIS



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

15
Anos
Desde 2003

Lei Anticorrupção: Impactos sistêmicos e transversais

© Leonardo Bellini de Castro

J. H. MIZUNO 2019

Revisão:

José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C355I Castro, Leonardo Bellini de.
Lei anticorrupção: impactos sistêmicos e transversais / Leonardo Bellini de Castro. – Leme (SP): JH Mizuno, 2019.
217 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7789-444-4

1. Corrupção – Legislação – Brasil. 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção na política. 4. Crime contra a administração pública – Brasil. I. Título.

CDD 345.8102323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

1147702

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A corrupção e o desenvolvimento político e econômico	21
1.1. O fantasma histórico da corrupção no Brasil.....	21
1.2. Corrupção e cultura: o “jeitinho” brasileiro e seus desdobramentos.....	28
1.3. Desenvolvimento econômico e social e corrupção: ação estratégica do <i>homo oeconomicus</i>	32
1.4. Corrupção e direitos fundamentais: o direito à boa administração pública como direito humano <i>a priori</i>	39
1.5. Democracia e corrupção: o jogo da democracia de “faz de conta” e o financiamento de campanhas eleitorais.....	43

CAPÍTULO 2

A agenda internacional de combate à corrupção	49
2.1. Globalização econômica e as principais iniciativas internacionais de combate à corrupção	49
2.2. Paradigmas internacionais: o impacto do <i>Foreign Corrupt Act (FCPA)</i> e do <i>Bribery Act</i> na ordem internacional.....	55

CAPÍTULO 3

Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013	57
3.1. Distribuição espacial de incidência normativa da lei nº 12.846/2013 no Brasil e no exterior.....	57
3.2. Âmbito subjetivo de incidência: sujeitos ativos e passivos da nova ordem tipológica.....	60
3.3. Tipos e modalidades de incidência subjetiva	65
3.3.1. Solidariedade e alterações da configuração jurídica da pessoa jurídica ..	66
3.3.2. Responsabilidade objetiva: requisitos e desdobramentos	71
3.3.3. Desconsideração da personalidade jurídica	75

CAPÍTULO 4

Tipologia na Lei Anticorrupção.....	79
4.1. Atos lesivos gerais e relativos à obstrução de investigações e/ou fiscalizações	80
4.1.1. Corrupção ativa	80
4.1.2. Financiamento ou custeio de práticas ilícitas.....	82
4.1.3. Utilização de “laranjas” ou “testas de ferro” para a ocultação de propósitos ilícitos e/ou de beneficiários de esquemas ilícitos.....	84
4.1.4. Atos de obstrução, intervenção ou retardamento em atividades de investigação e/ou fiscalização.....	84
4.2. Atos lesivos relativos a licitações e contratos administrativos	85
4.2.1. Frustração da competitividade da licitação mediante cartel ou outras práticas anticompetitivas	86
4.2.2. Impedimento, perturbação ou fraude em qualquer ato do procedimento licitatório	88
4.2.3. Afastamento ou tentativa de afastamento de licitante por meio de fraude ou pagamento de vantagem indevida	89
4.2.4. Fraude à licitação ou contrato administrativo	90
4.2.5. Criação artificial de pessoa jurídica para a participação simulada em processo licitatório ou formalização de contrato administrativo	90
4.2.6. Obtenção de vantagem indevida em modificações ou prorrogações contratuais ilegais.....	91
4.2.7. Manipulação ou fraude no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	93
4.3. Identidade categorial entre tipos proibitivos e o microsistema de combate à corrupção	96
4.3.1. Identidade categorial entre atos lesivos e improbidade administrativa..	98
4.3.2. Identidade categorial entre atos lesivos e ilícitos contratuais e administrativos	104
4.3.3. Identidade categorial entre atos lesivos e infrações concorrenciais.	105
4.3.4. Identidade categorial entre atos lesivos e tipos penais.....	109

CAPÍTULO 5

Processo administrativo sancionador	117
5.1. Processo Administrativo e os novos paradigmas do Direito Público.....	117
5.2. Base principiológica regente do processo administrativo e o fenômeno contemporâneo da constitucionalização do direito	120
5.3. Processo Administrativo de Responsabilização e suas fases	125
5.4. Sanções Administrativas, dosimetria e implicações sistêmicas	131

CAPÍTULO 6

Processo judicial de responsabilização	139
6.1. Legitimados e instrumentos para a persecução em Juízo	139
6.2. Concorrência e independência entre as instâncias judicial e administrativa ...	139
6.3. Sanções judiciais	142
6.3.1. Cumulatividade e complementariedade das sanções	150
6.3.2. Revisão e/ou aplicação judicial das sanções administrativas	154
6.3.3. Dosimetria e o dogma da proporcionalidade	157

CAPÍTULO 7

Programas de integridade corporativa (<i>Compliance</i>)	161
7.1. <i>Compliance</i> e novas pautas corporativas – gestão da imagem na sociedade da informação	161
7.2. Códigos de ética e governança corporativa – era da responsabilidade compartilhada	162
7.3. Implicações sancionatórias da implementação de autênticos programas de <i>compliance</i>	168

CAPÍTULO 8

Acordos de leniência	171
8.1. Acordos de leniência – construção de novos paradigmas consensuais e o princípio da eficiência	171
8.2. Conceito e requisitos	173
8.3. Autoridades competentes para a celebração de acordos de leniência e articulação institucional	177
8.4. Frustração ou descumprimento do acordo de leniência e suas consequências jurídicas	181
8.5. Acordo de leniência e impactos sistêmicos e sancionatórios	182

CAPÍTULO 9

Extinção da pretensão punitiva	187
9.1. Prescrição e corrupção	187
9.2. Regime Legal da Prescrição – Início e interrupção do prazo prescricional ..	189
9.3. Imprescritibilidade das ações ressarcitórias	193

CONCLUSÕES	195
-------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	199
---------------------------	------------

REFERÊNCIAS	213
--------------------------	------------